

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

*LITERACY AND LITERACY DEVELOPMENT WITH AN
EMPHASIS ON SPECIAL EDUCATION*

Jaqueline Berti¹

Rede Municipal de Ensino de Ijuí, RS, Brasil

¹ Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Santa Maria, graduada em Educação Artística – Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e professora de Arte da Rede Municipal de Ensino de Ijuí/RS. Contato: jaqueline.b@prof.smed.ijui.rs.gov.br

Teresinha da Silva²

Rede Municipal de Ensino de Ijuí, RS, Brasil

² Especialista em Alfabetização e Letramento com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade de Educação São Luís, graduada em História – Licenciatura Plena pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e professora da Rede Municipal de Ensino de Ijuí/RS. Contato: teresinha.s@prof.smed.ijui.rs.gov.br

DOI: <https://doi.org/10.46550/am.v7i2.58>

Resumo: A alfabetização e o letramento desempenham papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e educacional dos estudantes, especialmente daqueles que compõem o público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar a importância da alfabetização e do letramento na Educação Especial, discutindo desafios, possibilidades e estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão escolar e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Os resultados evidenciam que a efetivação de práticas inclusivas depende da articulação entre metodologias pedagógicas adequadas, formação docente contínua, recursos acessíveis, participação da família e valorização das singularidades dos estudantes. Além disso, dados recentes do Censo Escolar demonstram o crescimento das matrículas da Educação Especial e da inclusão em classes comuns, reforçando a necessidade de políticas e práticas educacionais comprometidas com a aprendizagem de todos. Conclui-se que a

alfabetização e o letramento, quando desenvolvidos em uma perspectiva inclusiva, constituem instrumentos essenciais para a promoção da autonomia, da cidadania e da inclusão social dos estudantes da Educação Especial.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Educação Especial; Educação Inclusiva; Inclusão Escolar.

Abstract: Literacy and literacy development play a fundamental role in the cognitive, social, and educational development of students, especially those who are part of Special Education. In this context, this study aimed to analyze the importance of literacy and literacy development in Special Education, discussing challenges, possibilities, and pedagogical strategies that promote school inclusion and the learning process of students with disabilities. This research is characterized as a qualitative bibliographic review based on books, scientific articles, normative documents, and publications related to literacy, Special Education, and inclusive education. The findings indicate that the effectiveness of inclusive practices depends on the integration of appropriate teaching methodologies, continuous teacher training, accessible resources, family participation, and recognition of students' individual characteristics. Furthermore, recent data from the Brazilian School Census reveal a significant increase in Special Education enrollments and in the inclusion of students in regular classrooms, highlighting the need for educational policies and practices committed to ensuring meaningful learning opportunities for all. It is concluded that literacy and literacy development, when conducted from an inclusive perspective, are essential tools for promoting autonomy, citizenship, and social inclusion among students receiving Special Education services.

Keywords: Literacy; Special Education; Inclusive Education; School Inclusion; Teaching Practices.

Introdução

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) e deve ser assegurada a todos os cidadãos, independentemente de suas limitações físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. Nesse contexto, a alfabetização e o letramento representam etapas essenciais para o desenvolvimento humano e para a participação ativa do indivíduo na sociedade.

A Educação Especial tem conquistado espaço significativo nas discussões educacionais contemporâneas, principalmente após a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Dados recentes do Censo Escolar evidenciam a expansão da Educação Especial no Brasil. O número de matrículas dessa modalidade alcançou 2,5 milhões em 2025, representando um aumento de 82% em relação a 2021 (INEP, 2026). As matrículas da Educação Especial na Educação Infantil passaram de 114.758 em 2021 para 451.633 em 2025 (INEP, 2026). Esses números demonstram não apenas a ampliação do acesso à escola, mas também a crescente necessidade de estratégias pedagógicas capazes de garantir a aprendizagem e a participação efetiva desses estudantes no ambiente escolar. Contudo, apesar dos avanços legais e pedagógicos, ainda existem inúmeros desafios relacionados à alfabetização de estudantes com deficiência. Ferreira e Tonazi (2020) destacam que, embora a legislação brasileira tenha avançado na garantia do acesso à educação inclusiva, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para efetivar práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Alfabetizar vai além de ensinar códigos linguísticos. O processo envolve compreender a função social da leitura e da escrita, promovendo o letramento e possibilitando que o estudante participe das práticas sociais de comunicação. Quando se trata da Educação Especial, torna-se necessário considerar metodologias diferenciadas, adaptações curriculares e recursos acessíveis que respeitem as necessidades específicas de cada aluno. Nesse sentido, o uso de estratégias lúdicas e recursos pedagógicos adequados pode favorecer significativamente a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais (Sá; Souza, 2025).

Além disso, embora os avanços legislativos e as políticas públicas tenham ampliado o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino regular, ainda persistem desafios relacionados à garantia de uma alfabetização efetivamente inclusiva. Segundo Ribas (2023), a inclusão efetiva exige adaptações curriculares, recursos didáticos adequados e a valorização das diferenças como elementos enriquecedores do ambiente escolar. Questões como a insuficiente formação docente, a carência de recursos pedagógicos acessíveis, as dificuldades de adaptação curricular e a necessidade de metodologias que atendam às especificidades dos estudantes evidenciam a complexidade desse processo. Nesse contexto, surge a seguinte problemática: quais são os principais desafios e possibilidades relacionados à alfabetização e ao letramento de estudantes da Educação Especial no contexto da educação inclusiva?

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da alfabetização e do letramento na Educação Especial, discutindo os desafios, as possibilidades e as estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão escolar e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em produções científicas, livros, artigos e documentos normativos relacionados à alfabetização, ao letramento, à Educação Especial e à educação inclusiva. No Google Acadêmico foram realizadas buscas com os seguintes descritores: “alfabetização”, “letramento”, “educação especial”, “educação inclusiva”, “alfabetização na educação especial”, “letramento e inclusão escolar”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “formação docente para inclusão”, “alfabetização de estudantes com deficiência” e “inclusão escolar”.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica desse estudo aborda os principais assuntos da pesquisa, que são: Alfabetização e letramento (2.1); Educação especial e inclusão escolar (2.2); O processo de alfabetização na educação especial (2.3); Práticas pedagógicas inclusivas (2.4); A importância da formação docente (2.5); Desafios da alfabetização na educação especial (2.6) e a participação da família (2.7).

Alfabetização e letramento

Durante muitos anos, alfabetização e letramento foram tratados como conceitos semelhantes. Entretanto, estudos pedagógicos passaram a diferenciar ambos os processos. A alfabetização está relacionada à aquisição do sistema de escrita e leitura, enquanto o letramento envolve o uso social dessas habilidades. Conforme Marchesoni e Shimazaki (2021), a alfabetização e o letramento são processos distintos, porém, indissociáveis.

Segundo Soares (2004), alfabetizar significa ensinar a ler e escrever, enquanto letrar significa inserir o indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita. Portanto, uma pessoa pode ser alfabetizada sem necessariamente ser letrada. Um indivíduo alfabetizado domina o sistema de escrita alfabética e compreende as relações entre sons e letras, embora nem sempre faça uso da leitura e da escrita em suas práticas sociais cotidianas (Henifer; Magnani; Petalla, 2023).

Na Educação Especial, o letramento assume papel ainda mais relevante, pois possibilita aos estudantes com deficiência maior autonomia, participação social e inclusão. A leitura e a escrita tornam-se ferramentas importantes para comunicação e desenvolvimento social. Segundo Marchesoni e Shimazaki (2021), o sujeito alfabetizado plenamente está habilitado a produzir, ler e escrever diferentes tipos de texto em diferentes situações, principalmente extraescolares.

Ferreiro e Teberosky (1999) defendem que a aprendizagem da língua escrita ocorre de forma construtiva, por meio das experiências e interações da criança com o meio. Essa perspectiva, o processo educativo não deve ser compreendido como mera transmissão de conteúdos, mas como uma ação pedagógica que cria condições para que os estudantes construam seus próprios conhecimentos de forma ativa e significativa (Freire, 1996). Dessa forma, o professor precisa respeitar os níveis de desenvolvimento e as características individuais de cada estudante. O processo de aprendizagem ocorre de forma ativa, uma vez que a criança participa da construção do conhecimento a partir de suas experiências, interpretações e relações estabelecidas com o meio (Fonseca *et al.*, 2024).

O letramento também está diretamente relacionado à cidadania. O indivíduo letrado consegue interpretar informações, compreender o mundo ao seu redor e participar ativamente das relações sociais. Para Soares (2009), o letramento produz mudanças nas formas pelas quais os sujeitos se relacionam com a cultura escrita, ampliando suas possibilidades de participação social, acesso à informação e exercício da cidadania. Segundo Marchesoni e Shimazaki (2021), mais que alfabetizados, os indivíduos precisam ser letrados, ou seja, além de terem domínio da leitura e da escrita, precisam utilizá-las em seu cotidiano, dando-lhes significado social.

Além disso, o ambiente escolar precisa oferecer experiências reais de leitura e escrita, promovendo situações significativas para os estudantes. Para Freire (1996), a aprendizagem ocorre de maneira mais efetiva quando o estudante participa ativamente da construção do conhecimento, relacionando os conteúdos escolares às experiências vivenciadas em seu contexto social. A utilização de livros, histórias, músicas, jogos e tecnologias favorece o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento. Conforme Lima e Fernandes (2020), a utilização de livros, histórias, músicas, jogos e recursos digitais favorece experiências significativas de aprendizagem da leitura e da escrita.

Educação especial e inclusão escolar

A Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Seu principal objetivo é garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem de qualidade. A Educação Especial configura-se como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, oferecendo suporte aos estudantes que compõem seu público-alvo (Boff; Machado, 2024).

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social e escolar. Durante muitos anos prevaleceu um modelo segregador, no qual os estudantes eram encaminhados para instituições especializadas e afastados do ensino regular. Segundo Boff e Machado (2024), o modelo médico compreendia a deficiência como um desvio da norma, considerando inadequadas as pessoas que não correspondiam ao padrão estabelecido.

Com o avanço das políticas inclusivas, especialmente após a Declaração de Salamanca, em 1994, a inclusão escolar passou a ser compreendida como direito fundamental. A escola inclusiva deve acolher todos os estudantes, respeitando suas diferenças e promovendo igualdade de oportunidades. Conforme Uchôa e Chacon (2022), a escola que inclui deve estar aberta às diversas realidades e reconhecer as diferenças como parte da formação humana.

No Brasil, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) fortalecem os direitos das pessoas com deficiência no sistema educacional. As políticas públicas inclusivas reafirmam a importância da educação inclusiva como um direito de todas as pessoas (Boff; Machado, 2024).

Apesar dos avanços legais, muitos desafios ainda dificultam a efetivação da inclusão escolar. Entre eles destacam-se a falta de formação docente, ausência de recursos pedagógicos, preconceito social e infraestrutura inadequada. Persistem barreiras relacionadas à formação inadequada dos professores, recursos insuficientes e atitudes sociais negativas (Rabelo *et al.*, 2024).

A inclusão escolar exige mudanças estruturais, pedagógicas e culturais. A escola precisa reconhecer as diferenças como parte da diversidade humana, promovendo práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas. A inclusão escolar não se restringe à matrícula de estudantes com

deficiência no ensino regular, mas exige mudanças nas práticas pedagógicas e adequações curriculares que favoreçam sua aprendizagem e participação (Rabelo *et al.*, 2024).

O processo de alfabetização na educação especial

O processo de alfabetização na Educação Especial deve considerar as singularidades de cada estudante. Não existe uma única metodologia capaz de atender todos os alunos com deficiência, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias pedagógicas flexíveis e adaptadas às necessidades individuais dos educandos. Nesse contexto, a inclusão efetiva requer mediações diversificadas, recursos adequados e respeito ao ritmo de aprendizagem de cada criança (Novais, 2026).

Os estudantes com deficiência intelectual necessitam de atividades concretas e contextualizadas, que favoreçam a compreensão dos conteúdos e possibilitem a construção gradual do conhecimento. De acordo com Barcelli e Rosalino (2022), o planejamento pedagógico deve considerar as especificidades de cada estudante, respeitando seus limites e valorizando suas potencialidades.

Já os alunos com deficiência visual podem utilizar recursos como o sistema Braille, materiais táteis e tecnologias assistivas que garantam o acesso aos conteúdos escolares. Para os estudantes com deficiência auditiva, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui importante instrumento de comunicação e aprendizagem. No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o uso de rotinas estruturadas, recursos visuais e atividades objetivas contribui significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem e para a participação nas atividades escolares (Oliveira; Campos; Martins, 2023).

Segundo Vygotsky (1998), a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais. Dessa forma, o ambiente escolar inclusivo favorece o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes da Educação Especial, promovendo experiências de aprendizagem significativas e ampliando as oportunidades de participação e convivência.

O professor desempenha papel fundamental nesse processo, sendo responsável por criar estratégias de ensino que valorizem as potencialidades dos estudantes e promovam experiências significativas de aprendizagem. A formação continuada, o uso de recursos pedagógicos diversificados e a

adoção de metodologias inclusivas são elementos essenciais para garantir o sucesso do processo de alfabetização (Novais, 2026).

Além disso, o trabalho conjunto entre escola, família e profissionais especializados fortalece o desenvolvimento do estudante e contribui para sua inclusão social. A parceria entre esses agentes favorece a eliminação de barreiras, amplia as oportunidades de aprendizagem e promove o desenvolvimento integral da criança (Borba *et al.*, 2024).

Práticas pedagógicas inclusivas

As práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para garantir uma alfabetização eficaz e significativa. Segundo Monteiro e Marchi (2023), práticas pedagógicas inclusivas devem garantir não apenas o acesso à escola, mas também a participação efetiva e a aprendizagem dos estudantes, respeitando seus ritmos e potencialidades.

O professor precisa adaptar conteúdos, estratégias e avaliações conforme as necessidades dos estudantes. De acordo com Martins *et al.* (2025), a flexibilização curricular e a utilização de metodologias diversificadas contribuem para tornar o ensino mais acessível e inclusivo para estudantes com diferentes necessidades educacionais.

O uso de recursos visuais auxilia na compreensão das atividades e favorece a comunicação dos estudantes. Cartazes, figuras, histórias ilustradas e vídeos são exemplos de materiais que podem ser utilizados. Monteiro e Marchi (2023) evidenciam que o uso de imagens, letras em caixa alta e mediação pedagógica favorece o envolvimento e a compreensão de estudantes com deficiência intelectual durante as atividades escolares.

As tecnologias assistivas também desempenham papel importante no processo inclusivo. Conforme Martins *et al.* (2025), as tecnologias assistivas promovem autonomia, acessibilidade e participação ativa dos estudantes nas práticas pedagógicas. Softwares educativos, leitores de tela, tablets e aplicativos pedagógicos ampliam as possibilidades de aprendizagem. Os jogos pedagógicos estimulam a atenção, memória, raciocínio lógico e linguagem. Além disso, promovem interação social e motivação durante o processo de aprendizagem. Silva *et al.* (2022) ressaltam que atividades lúdicas e jogos pedagógicos tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico, motivador e participativo.

A adaptação curricular permite flexibilizar conteúdos e atividades conforme as necessidades dos estudantes, garantindo participação efetiva

no ambiente escolar. Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar exige mudanças estruturais na escola, rompendo com práticas excludentes e valorizando a diversidade humana. Monteiro e Marchi (2023) afirmam que as adequações curriculares e metodológicas são fundamentais para evitar processos de exclusão e garantir acessibilidade simbólica aos estudantes com deficiência.

O ensino colaborativo entre professores regentes e profissionais de apoio fortalece o acompanhamento pedagógico e favorece o desenvolvimento dos estudantes. Ferreira *et al.* (2022) apontam que o trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica e profissionais especializados contribui para práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas.

A importância da formação docente

A formação dos professores representa um dos principais fatores para o sucesso da inclusão escolar. Nesse contexto, pesquisas demonstram que muitos profissionais da educação não receberam formação adequada para atuar com estudantes da Educação Especial ou não se sentem preparados para atender às demandas da inclusão escolar, evidenciando lacunas na formação inicial e continuada (Lopes *et al.*, 2023).

É fundamental que os cursos de formação inicial e continuada abordem conteúdos relacionados à inclusão, acessibilidade, adaptações curriculares e metodologias inclusivas. Lopes *et al.* (2023) destacam a necessidade de que a legislação educacional estabeleça conteúdos específicos e carga horária destinada à formação docente em inclusão escolar, visando qualificar o trabalho pedagógico com os estudantes público da Educação Especial.

O professor precisa compreender que cada aluno aprende de maneira diferente. Nessa perspectiva, a escola inclusiva deve considerar as diferenças individuais relacionadas ao ritmo de aprendizagem, aos interesses e às habilidades dos estudantes, organizando práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades (Barbosa; Oliveira, 2021). Dessa forma, o planejamento pedagógico deve ser flexível e centrado nas potencialidades dos estudantes. O currículo inclusivo requer metodologias flexíveis e inovadoras, capazes de favorecer a participação de todos os alunos e promover o protagonismo no processo de aprendizagem (Barbosa; Oliveira, 2021). Além do conhecimento técnico, o educador deve desenvolver empatia, sensibilidade e compromisso com a inclusão.

Freire (1996) afirma que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e reconhecimento de sua dignidade humana. De forma convergente, estudos sobre inclusão escolar ressaltam que o professor deve acreditar no potencial de aprendizagem de todos os alunos, reconhecendo suas capacidades e promovendo condições para seu desenvolvimento integral (Barbosa; Oliveira, 2021).

A formação continuada permite que os professores conheçam novas metodologias, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas voltadas para a inclusão. Além disso, a colaboração entre professores e outros profissionais da educação tem sido apontada como uma estratégia importante para fortalecer a formação continuada e enfrentar os desafios da inclusão escolar (Lopes *et al.*, 2023). Os desafios relacionados à formação dos professores também podem ser observados nos dados nacionais. Em 2025, apenas 67,5% das disciplinas dos anos finais do Ensino Fundamental eram ministradas por docentes com licenciatura na mesma área de atuação, revelando a necessidade de fortalecimento das políticas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação (INEP, 2025).

A valorização profissional também contribui para a melhoria da qualidade educacional e fortalecimento da prática pedagógica inclusiva. Investimentos em formação docente refletem diretamente na qualidade do ensino e na promoção de oportunidades educacionais mais equitativas para os estudantes da Educação Especial, favorecendo uma educação inclusiva de maior qualidade (Lopes *et al.*, 2023).

Desafios da alfabetização na educação especial

Apesar dos avanços nas políticas inclusivas, muitos desafios ainda dificultam o processo de alfabetização na Educação Especial. Entre os principais desafios estão a falta de recursos didáticos acessíveis, salas superlotadas, escassez de profissionais especializados e ausência de formação adequada. Nesse contexto, Gomes (2025) destaca que a implementação da inclusão ainda enfrenta obstáculos relacionados à falta de formação específica dos professores, à escassez de recursos pedagógicos acessíveis e às dificuldades de adaptação curricular.

Outro problema recorrente é a exclusão velada, quando o estudante está matriculado na escola regular, mas não participa efetivamente das atividades pedagógicas. Santos (2023) aponta que as dificuldades encontradas pelos docentes no processo de alfabetização de estudantes

com necessidades educacionais específicas estão associadas à ausência de formação adequada e de práticas pedagógicas mediadas por adaptações curriculares que contemplem as singularidades desses sujeitos.

O preconceito social ainda representa um obstáculo importante para a inclusão escolar. Muitas vezes, os estudantes com deficiência são subestimados em suas capacidades de aprendizagem. Nascimento e Barros (2025) afirmam que o desrespeito e a discriminação podem comprometer a integridade emocional, psicológica e social das pessoas com deficiência, favorecendo processos de exclusão e marginalização.

As limitações estruturais das escolas também dificultam o processo inclusivo, principalmente em relação à acessibilidade física e tecnológica. Amaral *et al.* (2024) ressaltam que a falta de recursos financeiros, infraestrutura adequada e capacitação docente constitui um dos principais entraves para a implementação efetiva de tecnologias assistivas no ambiente escolar.

Para superar esses desafios, é necessário investimento em políticas públicas, formação docente e ampliação dos recursos de acessibilidade. Teles (2022) conclui que a inclusão escolar depende de políticas públicas mais efetivas, investimentos em acessibilidade e formação continuada dos profissionais da educação, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos.

A inclusão escolar deve ser compreendida como compromisso coletivo voltado para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nessa perspectiva, Gomes (2025) defende que uma escola verdadeiramente inclusiva deve criar condições efetivas para que todos os estudantes participem, aprendam e se desenvolvam em igualdade de oportunidades.

A participação da família

A participação da família é indispensável para o desenvolvimento da criança na Educação Especial. Borba *et al.* (2024) destacam que o apoio, a compreensão e o incentivo familiar são fundamentais para que a criança com deficiência se sinta acolhida e segura, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua participação no ambiente escolar.

Quando família e escola trabalham em parceria, os resultados educacionais tornam-se mais positivos. O acompanhamento das atividades escolares fortalece a autoestima e a motivação do estudante. Santos (2023)

afirma que a inclusão efetiva depende do diálogo entre escola e família, sendo essa parceria essencial para potencializar a autonomia, a aprendizagem e a participação social dos estudantes com deficiência.

A família também fornece informações importantes sobre comportamentos, dificuldades e potencialidades da criança, auxiliando o planejamento pedagógico. Figueiredo, Fernandes e Lima (2022) ressaltam que a participação dos pais é fundamental para que a escola conheça melhor as habilidades e necessidades da criança, favorecendo intervenções educacionais mais adequadas. Além disso, o incentivo à leitura e à comunicação no ambiente familiar favorece o desenvolvimento da alfabetização e do letramento.

A participação familiar fortalece o vínculo entre estudante e escola, promovendo maior segurança emocional durante o processo de aprendizagem. Figueiredo, Fernandes e Lima (2022) observam que a interação constante entre família e escola contribui para a construção de um ambiente inclusivo, no qual a criança recebe apoio emocional e pedagógico de forma articulada.

A inclusão escolar deve ser entendida como responsabilidade coletiva envolvendo escola, família e sociedade. Nesse sentido, Borba *et al.* (2024) concluem que a parceria entre escola, família e comunidade deve ser fortalecida continuamente, estabelecendo um compromisso democrático e permanente com a inclusão.

Considerações finais

A alfabetização e o letramento. A alfabetização e o letramento constituem processos fundamentais para o desenvolvimento humano, para a construção da autonomia e para a participação social dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a importância da alfabetização e do letramento na Educação Especial, discutindo os desafios, as possibilidades e as estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão escolar e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A partir da revisão bibliográfica realizada, constatou-se que a efetivação da alfabetização e do letramento na perspectiva inclusiva depende da adoção de práticas pedagógicas acessíveis, da utilização de recursos didáticos diversificados, da implementação de tecnologias assistivas e da valorização das singularidades de cada estudante. Verificou-se ainda que a

inclusão escolar não se limita ao acesso físico à escola, mas requer condições que assegurem a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de aprendizagens significativas.

Os resultados da literatura analisada evidenciam que a formação inicial e continuada dos professores representa um dos principais fatores para o sucesso da inclusão escolar. Profissionais preparados para lidar com a diversidade são capazes de desenvolver estratégias pedagógicas mais flexíveis e adequadas às necessidades dos estudantes, contribuindo para a superação de barreiras que ainda dificultam o processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, o estudo também identificou desafios persistentes, como a insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis, limitações estruturais das instituições de ensino, carência de formação especializada e dificuldades relacionadas à adaptação curricular. Tais fatores demonstram que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige investimentos contínuos em políticas públicas, acessibilidade e qualificação profissional.

Além disso, verificou-se que a participação da família desempenha papel fundamental no processo educacional, fortalecendo os vínculos entre escola e estudante e contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e adolescentes atendidos pela Educação Especial.

Dessa forma, conclui-se que a alfabetização e o letramento, quando desenvolvidos sob uma perspectiva inclusiva, constituem instrumentos essenciais para a promoção da cidadania, da equidade e da inclusão social. Assim, torna-se necessário fortalecer ações que garantam condições efetivas para que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de respeitar as diferenças e potencializar as capacidades individuais.

Por fim, destaca-se como limitação deste estudo o fato de estar fundamentado exclusivamente em revisão bibliográfica. Recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam investigações de campo envolvendo professores, estudantes e famílias, a fim de ampliar a compreensão sobre os desafios e as práticas exitosas relacionadas à alfabetização e ao letramento na Educação Especial em diferentes contextos educacionais.

Referências

AMARAL, Silvam Maria Aparecida Viana; CARVALHO, Douglas Franco Rego; COVALO, José dos Santos Eduardo; VIANA, Julivanete Crisla; NASCIMENTO, William Barros. A inclusão escolar e o uso de

tecnologias assistivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 5028-5044, 2024.

BARBOSA, Ana Karla Gomes; OLIVEIRA, Tarcileide Maria Costa. Educação inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.

BARCELLI, Juliana Carolina; ROSALINO, Israel. Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. *Revista Ipê Roxo*, v. 4, n. 1, p. 49-59, 2022. ISSN 2675-0791.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e85133, 2024.

BORBA, Márcia Moraes Corrêa et al. O protagonismo da família no processo de inclusão escolar da criança com deficiência. *Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP*, Aquidauana, v. 4, n. 16, Edição Especial, p. 1000-1016, dez. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 jun. 2026.

DA SILVA SÁ, Elisângela Santos; DE SOUZA, Bruna Rafaela Silva. *A importância do professor na alfabetização lúdica para a educação especial*. *Revista Acadêmica da Lusofonia*, v. 2, n. 6, p. 1-11, 2025.

FERREIRA, Ana Paula Almeida; SÁ-SILVA, Jackson Ronie; LIMA, Marcia Raika e Silva; PADILHA, Maritania dos Santos. *Concepções docentes sobre práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil*. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 9, n. 19, p. 84-104, jan./abr. 2022.

FERREIRA, Giselle Coutinho; TONAZI, Alexandre. *Educação especial e inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada?* *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 367-386, 2020.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FIGUEIREDO, Gabriela Cavalcante; FERNANDES, Elizangela Dias Santiago; LIMA, Renata da Costa. *A relação família-escola: o que dizem os artigos publicados na Revista Educação Especial?* Revista FAFIRE, Recife, v. 15, n. 2, p. 82-97, jul./dez. 2022.

FONSECA, Nilson da Cruz et al. *A alfabetização e letramento na perspectiva de Emilia Ferreiro*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 8, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i8.15441.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Kátia Fabiana. *Inclusão escolar: dificuldades e desafios*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

HENIFER, Juliana; MAGNANI, Cristiane de Souza; PETALLA, Marcia Bezerra. *Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental*. Revista in Litteras, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 47-70, 2023. DOI: 10.55905/inlitterasv8n1-004.

INEP. *Censo escolar da educação básica 2025*. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 01 jun. 2026.

LIMA, Deise Justino; FERNANDES, Samira Cândido. Alfabetização e letramento na educação infantil. *Saberes Pedagógicos*, Criciúma, v. 4, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2020.

LOPES, Raphaella Duarte Cavalcante; CUNHA, Débora Alfaia da; BRASIL, Silvany Ellen Risuenho; NINA, Karla Cristina Furtado; SILVA, Simone Souza da Costa. Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa. *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 36, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHESONI, Laís Bastos; SHIMAZAKI, Elsa Midori. *Alfabetização e letramento: explorando conceitos*. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 31, n. 64, e07, 2021.

MARTINS, Marélia Thallita Nunes; SILVA, Anderson José; AMORIM,

Angela Hese Rodrigues de; SANTOS, Dinamar de Oliveira dos; SOUSA, Gilson Pereira de; SOUZA, Jaqueline Aparecida Gomes de; SOUZA, Lucas Vinícios Silveira de; MENEZES, Orlene de Sousa Fernandes. Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias para atender a diversidade. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 5084-5102, 2025.

MONTEIRO, Janete Lopes; MARCHI, Rita de Cassia. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 36, 2023.

NASCIMENTO, João de Assis; BARROS, Laiane da Silva. Os desafios encontrados na educação especial: um olhar para os transtornos e dificuldades de aprendizagem. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 1, p. 8559-8577, 2025. DOI: 10.56238/lumenevirtusv16n01-004.

NOVAIS, Elissangela Vilela Honorato de. Alfabetização de crianças da educação especial em salas inclusivas: desafios e caminhos possíveis. *International Integrate Scientific*, Florianópolis, v. 6, n. 58, p. 8-16, abr. 2026. ISSN 2675-8120.

OLIVEIRA, Ketlin Luana Parabá de; CAMPOS, Tainara Yanka de Almeida Ferreira; MARTINS, Bárbara Amaral. Adaptação de recursos para a inclusão escolar do público da educação especial: uma revisão de literatura. *Revista Interdisciplinar de Ensino*, Pesquisa e Extensão, v. 11, n. esp., 2023.

RABELO, Elizeny Pereira; SILVA, Arithan Santos da; SANTOS, Alzivania Batista dos; SILVA, Francineide Mota da. Educação especial: desafios e avanços na inclusão escolar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, São Paulo, v. 10, n. 8, p. 2206-2215, 2024.

RIBAS, Márcia Helena da Rocha. Recursos na educação especial: promovendo a inclusão e diversidade. *Altus Ciência*, v. 20, p. 343-356, 2023.

SANTOS, Cleonoura Barros dos. *Alfabetização e letramento na educação especial numa perspectiva inclusiva: desafios no processo alfabético de discentes autistas*. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Formação de Professores) – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação de Professores, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Arapiraca, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TELES, Lara Vitória Monteiro. *Sobre o processo de inclusão escolar na contemporaneidade: limites ou possibilidades?* 2022. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 35, p. 1-18, 2022.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.